

R. Dom Duarte Leopoldo, n.º 83 – centro – CEP 12.955-000 CNPJ 52.359.692/0001-62 Fone: (011) 4012-1000

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 004/2023

PROJETO DA EDUCAÇÃO NO PERÍODO INTEGRAL E ATIVIDADES EXTRACURRICULARES NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE BOM JESUS DOS PERDÕES/SP NAS MODALIDADES DE MUSICALIZAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Bom Jesus dos Perdões, por meio da Secretaria Municipal da Educação, torna público e dá conhecimento aos interessados que, mediante o presente CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 004/2023, PROCESSO Nº, regido pela Lei nº 13.019/2014 e alterações, bem como instrução 02/2016 do TCE/SP, receberá documentação de Organização a Sociedade Civil (OSC), Confessionais ou Filantrópicas, sem fins lucrativos, regularmente constituídas e funcionando por no mínimo 1(um) ano, sediadas ou com representação atuante e reconhecida na Unidade da Federação e que tenham interesse em firmar com esta Administração Municipal, através da Secretaria Municipal da Educação.

OBJETO

Constitui objeto deste Edital o Chamamento Público de Organizações da Sociedade Civil – OSC, sem fins lucrativos, regularmente constituídas, interessadas em firmar com a Secretaria Municipal da Educação de Bom Jesus dos Perdões/SP, TERMO DE COLABORAÇÃO, que tenha interesse em prestar atividades de contra turno escolar, período Integral e extracurriculares, das Escolas do Ensino Fundamental I do Município de Bom Jesus dos Perdões/SP, com finalidade de ofertar atividade DE MUSICALIZAÇÃO. Serão atendidos até 300 alunos no período integral e até 150 alunos extracurriculares, devidamente matriculados nas escolas do ensino fundamental I, no contra turno das aulas.

Horário de Atendimento: Integral, período da manhã das 07h:00 às 12h:00 e período da tarde das 13h:00 às 18h:00, Extracurricular das 12h:00 às 12h:50 e/ou 18h:00 às 18h:50 de segunda a sexta-feira.

Período de funcionamento: conforme calendário escolar de 2024, definido pela Secretaria Municipal da Educação de Bom Jesus dos Perdões/SP.

Abrangência e Vagas: 3 escolas urbanas e 02 escolas rurais.

EMEF Prof^o Sérgio Gonçalves Viana, período integral são até 32 vagas matutino e até 33 vagas vespertino. Extracurricular são até 60 vagas.

EMEF Prof^o Hélio Damante, período integral; até 32 vagas matutino e até 33 vagas vespertino. Extracurricular são até 30 vagas.

EMEF Padre Arnaldo Belli, até 32 vagas matutino e até 33 vagas vespertino. Extracurricular até 30 vagas.

Escolas rurais, EMEIEF Nossa Senhora Aparecida, Período Integral; até 40 vagas vespertino

EMEF Prof^a Maria Tereza Ramos de Azevedo, até 32 vagas matutino e até 33 vagas vespertino. Extracurricular até 30 vagas.



R. Dom Duarte Leopoldo, n.º 83 – centro – CEP 12.955-000 CNPJ 52.359.692/0001-62 Fone: (011) 4012-1000

As aulas poderão ocorrer na Secretaria Municipal de Cultura, conforme disponibilidade do local e horário.

1- RECEBIMENTO, ABERTURA E INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA DO CHAMAMENTO PÚBLICO.

O envelope contendo a proposta e a documentação das **Organizações da Sociedade Civi**l deverão ser entregues na Sala de Chamamento Público na Secretaria Municipal da Educação, situada na Av; São João,1111 Bairro; Vila Operária, Bom Jesus dos Perdões/SP no dia xx<u>de xxxxxx de 2023 (xxxxx-feira)</u> **Das 10h:00 até as 10h:15**, e será presidida pela Comissão de Seleção nomeada pela **Portaria nº 404/2021, nº02/2022, nº182/2023.**

2 – DOS ANEXOS

- 2.1 Integram este Edital os Chamamentos Públicos, dele fazendo parte como se transcritos em seu corpo, os seguintes documentos:
- I. Termo de Referência ANEXO I
- II. Minuta do Instrumento do TERMO DE COLABORAÇÃO ANEXO II
- III. Modelo de Plano de Trabalho ANEXO III E IV
- IV. Quadro de Habilitação ou formação de profissionais Anexo V
- V. Critérios de Avaliação Anexo VI
- VI. Modelo de Declarações Anexo VII
- 3 DA PARTICIPAÇÃO NO CHAMAMENTO PÚBLICO
- 3.1 Poderão participar no Chamamento Público as OSC's regidas por estatuto, quando serão considerados os seguintes critérios:

1	Estar a entidade com no mínimo 01 (um) ano de existência, com cadastro ativo na
	Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica-CNPJ



R. Dom Duarte Leopoldo, n.º 83 – centro – CEP 12.955-000 CNPJ 52.359.692/0001-62 Fone: (011) 4012-1000

2	Estar em dia com suas obrigações fiscais;
3	Estar com os objetivos voltado à promoção de atividades e finalidades de
	relevância pública, educacional e social
4	Estar constituída de conselho fiscal ou órgão equivalente, dotado de atribuição
	para opinar sobre os relatórios de desempenho financeiro e contábil, assim como
	sobre as operações patrimoniais realizadas.
5	Estar previsto em estatuto que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo
	patrimônio líquido seja transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza, que preencha os requisitos da lei e cujo objeto social seja,
	preferencialmente, o mesmo da entidade extinta;
6	Que tenha publicado, por qualquer meio eficaz, o encerramento do exercício fiscal,
	das demonstrações financeiras da entidade no último exercício, anterior
	ao Chamamento Público;
7	Possuir em seus quadros, independente da natureza do vínculo, um responsável
	técnico graduado em Artes ou Licenciatura Plena na area da Educação.
8	Demonstrar experiência prévia na realização, com efetividade do objeto da parceria,
	por meio de comprovação de atendimento à alunos de 06 à 14 anos.

4. DO IMPEDIMENTO DA PARTICIPAÇÃO PARA A CELEBRAÇÃO DE TERMO DE COLABORAÇÃO

- 4.1. Está impedida de celebrar Termo de Colaboração a OSC que:
- A. Não esteja regularmente constituída ou, se estrangeira, não esteja autorizada a funcionar no território nacional;
- B. Esteja Omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada;
- C. Tenha como dirigente membro do Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão/entidade da administração pública da mesma esfera governamental na qual será celebrado o termo de colaboração ou de fomento, estendendo se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem com parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;
- D. Tenha tido as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos cinco anos, exceto se:



R. Dom Duarte Leopoldo, n.º 83 – centro – CEP 12.955-000 CNPJ 52.359.692/0001-62 Fone: (011) 4012-1000

- D1. For sanada a irregularidade que motivou a rejeição e quitados os débitos eventualmente imputados;
- D2. For reconsiderada ou revista a decisão pela rejeição;
- D3. A apreciação das contas estiver pendente de decisão sobre recursos com efeito suspensivo;
- E. Tenha sido punida com uma das seguintes sanções, pelo período que durar a penalidade:
- 1. Suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração pública;
- 2. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública;
- 3. Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionada, por prazo não superior a dois anos;
- 4. Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contra com órgãos e entidades de todas as esferas de governo., enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea "c";
- F. Tenha tido contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos.
- G. Tenha entre seus dirigentes pessoas:
- 1. Cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgas irregulares ou rejeitas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos;



R. Dom Duarte Leopoldo, n.º 83 – centro – CEP 12.955-000 CNPJ 52.359.692/0001-62 Fone: (011) 4012-1000

- 2. Julgadas responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação;
- 3. Considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e II do art. 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992.
- §1º Para os fins do disposto na alínea a do inciso IV e no §2º, não serão considerados débitos que decorram de atrasos na liberação de repasses pela administração pública ou que tenham sido objeto de parcelamento, se a OSC estiver em situação regular no parcelamento.
- §2º A vedação prevista no inciso III não se aplica à celebração de parcerias com entidades que, pela sua própria natureza, sejam constituídas pelas autoridades referidas naquele inciso, sendo vedado que a mesma pessoa figure no termo de colaboração, no termo de fomento ou no acordo de cooperação simultaneamente como dirigente e administrador público.
- §3º Não serão considerados membros de Poder os integrantes de conselhos de direitos de políticas públicas.

5. DA EXECUÇÃO DOS ATENDIMENTOS NAS ATIVIDADES EDUCATIVAS

5.1. Ao responder ao presente CHAMAMENTO PÚBLICO, pleiteando a habilitação para celebração do TERMO DE COLABORAÇÃO, cada **OSC** interessada aderirá às condições estabelecidas pela **Secretaria Municipal da Educação de Bom Jesus dos Perdões** na instrumentalização do **TERMO DE COLABORAÇÃO**, demonstrando aceitá-las integralmente conforme estabelecido no mesmo, bem como no termo de referência.

6. DOS ENVELOPES

6.1. Os projetos e os documentos para habilitação deverão ser apresentados, separadamente, em 02 envelopes, fechados e indevassáveis, contendo, preferencialmente, em sua parte externa, além do nome do proponente os seguintes dizeres:

ENVELOPE I – PLANO DE TRABALHO

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 004/2023



R. Dom Duarte Leopoldo, n.º 83 – centro – CEP 12.955-000 CNPJ 52.359.692/0001-62 Fone: (011) 4012-1000

COMISSAO MUNICIPAL DE SELEÇAO	
INTERESSADO:	
CNPJ:	
PROJETO: EDUCAÇÃO NO PERÍODO INTEGRAL E EXTRACURRICULAR NAS ESCOLA MUNICIPAIS DE BOM JESUS DOS PERDÕES/SP NA MODALIDADE DE MUSICALIZAÇÃO.	١S
ENVELOPE II - DOCUMENTAÇÃO	
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 004/2023	
COMISSÃO MUNICIPAL DE SELEÇÃO	
INTERESSADO:	
CNPJ:	
PROJETO: EDUCAÇÃO NO PERÍODO INTEGRAL E EXTRACURRICULAR NAS ESCOLA	١S

PROJETO: EDUCAÇÃO NO PERÍODO INTEGRAL E EXTRACURRICULAR NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE BOM JESUS DOS PERDÕES/SP NA MODALIDADE DE MUSICALIZAÇÃO.

62. A entrega da documentação acima estabelecida implica manifestação de interesse na parceria, em como na aceitação e submissão, independente de manifestação expressa, a todas as normas e condições deste Edital e seus anexos.

7. DO ENVELOPE 1 – PROJETO

Deverá conter o PLANO DE TRABALHO

- 7.1. O Plano de Trabalho deverá ser elaborado em papel timbrado da proponente, redigido em língua portuguesa, salvo quanto as expressões técnicas de uso corrente, devidamente datado, assinado por seu representante legal, apresentado em páginas numeradas sequencialmente, conforme Anexo III e IV (Plano de Trabalho), em 2 (duas) vias originais contendo os seguintes elementos:
- A.) Nome, endereço, CNPJ, Inscrição Estadual ou Municipal, se houver; B.)

Número do Processo de Chamamento



R. Dom Duarte Leopoldo, n.º 83 – centro – CEP 12.955-000 CNPJ 52.359.692/0001-62 Fone: (011) 4012-1000

- C.) Descrição do objeto do presente chamamento;
- D.) Valor do Projeto, em moeda corrente nacional, devendo ser considerado 02 (duas) casas após a vírgula.
- 72. Serão Desclassificados os Projetos:
- 7.2.1 Que não atenderem às exigências do edital e seus anexos ou da legislação aplicável;
- 7.2.2 Omissos ou vagos, bem como as que apresentarem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.
- 7.2.3. Que impuserem condições ou contiverem ressalvadas em relação às condições estabelecidas neste edital;

8. DO ENVELOPE 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1	Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, emitida pelo Tribunal Superior
	do Trabalho;
2	Certidão Negativa de Débitos do FGTS;
3	Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
4	Cópia de estatuto registrado e de eventuais alterações;
5	Cópia da ata de eleição do quadro dirigente atual;
6	Relação nominal atualizada dos dirigentes da OSC, com endereço, número e órgão expedidor da Carteira de Identidade e o número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF da Secretaria da Receita Federal do Brasil, de cada um deles, função na OSC, além da nacionalidade, estado civil, telefone e e-mail para contrato, bem como cópia destes documentos, de seu representante legal;

	7	Comprovação de que a OSC funciona no endereço por ela declarado;(conta de luz, água, telefônia.	
Ī	8	Cópia da inscrição da OSC no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;	



R. Dom Duarte Leopoldo, n.º 83 – centro – CEP 12.955-000 CNPJ 52.359.692/0001-62 Fone: (011) 4012-1000

9	Comprovantes de experiência prévia na realização do objeto da parceria ou de objeto de	
	natureza semelhante de no mínimo um ano de capacidade técnica e	
	operacional, podendo ser admitidos, sem prejuízos de outros:	
a	Instrumentos de parceria firmados com órgãos ou entidades da administração	
	pública, organismos internacionais, empresas ou outras organizações da sociedade civil;	
b	Relatório de atividades com comprovação das ações desenvolvidas;	
С	Publicações, pesquisas e outras formas de produção de conhecimento, realizadas	
	pela organização da sociedade civil ou a respeito dela;	
d	Currículos profissionais de integrantes da organização da sociedade civil, sejam	
	dirigentes, conselheiros, associados, cooperados ou empregados, dentre outros	
e	Declarações de experiência prévia e de capacidade técnica no desenvolvimento de	
	atividades ou projetos relacionados ao objeto da parceria ou de natureza semelhante,	
	emitidas por órgãos públicos, instituições de ensino, redes, organizações da sociedade	
	civil, movimentos sociais, empresas públicas ou	
	privadas, conselhos, comissões ou comitês de políticas públicas;	
10	Declarações conforme anexo VII.	
11	Ofício dirigido ao Prefeito Municipal solicitando a participação ao Edital.	

Parágrafo Único Poderão ser apresentadas Certidões Positivas com Efeito de Negativa, conforme Art. 206, do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1.966).

9. DOS CRITÉRIOS PARA CLASSIFICAÇÃO

O Projeto será analisado pela Comissão de Seleção, auxiliada por profissionais indicados pela Secretaria Municipal da Educação, que seguirá os critérios estabelecidos neste Edital.

- 9.1. AS OSC's serão classificadas em ordem decrescente de pontuação.
- 92. As OSC's poderão interpor recurso quanto a fase de Classificação de Projetos, no Prazo de 5(cinco) dias, a partir da data da decisão, que deverá ser encaminhado à Comissão de Seleção do Chamamento Público, através de protocolo, no horário das 10h Às 16horas, endereçadas à Comissão de Seleção de Chamamento Público, Rua Dom Duarte Leopoldo, 83 Centro Bom Jesus dos Perdões/SP.



R. Dom Duarte Leopoldo, n.º 83 – centro – CEP 12.955-000 CNPJ 52.359.692/0001-62 Fone: (011) 4012-1000

93. A OSC's obedecerão aos critérios de classificação, atendendo ordenadamente e prioritariamente aos itens abaixo descritos:

DESCRIÇÃO DOS CRITÉRIOS NO CÁLCULO - ANEXO VI

Coerência da Justificativa:

Se o diagnostico estiver de acordo com a realidade, e o objetivo geral do plano estiver de acordo com a demanda apontada pelo diagnostico. Se houver importância do projeto dentro do contexto local.

Viabilidade dos Objetivos e Metas:

Se os objetivos específicos são viáveis e exequíveis. E as metas estão de acordo com o solicitado pelo Chamamento.

Consonância com objetos propostos pela Secretaria Municipal da Educação:

Se os objetivos estão de acordo com os objetivos do serviço previsto pela legislação

Metodologia e Estratégia de Ação

Se o projeto demonstra clareza na forma como vai se desenvolver, deve descrever os métodos, as técnicas e as estratégias pensadas para cada objetivo proposto. Se o projeto demonstra clareza na forma como vai se desenvolver, deve descrever os métodos, as técnicas e as estratégias pensadas para cada objetivo proposto.

Coerência do Plano de Aplicação de Recursos

Se há compatibilidade na aplicação dos recursos com a proposta de trabalho.

Indicadores para acompanhamento e avaliação

Se os indicadores apresentados demonstram capacidade de avaliação, aprimoramento e evolução de qualidade no decorrer do projeto. Peso: 2.

Viabilidade de Execução: Se o projeto demonstra proximidade com realidade do território; se há coerência metodológica que viabilize a execução do projeto. Peso: 2



R. Dom Duarte Leopoldo, n.º 83 – centro – CEP 12.955-000 CNPJ 52.359.692/0001-62 Fone: (011) 4012-1000

Relevância e Inovação do Projeto: Se a proposta causará impacto no território e se traz novas formas de atuações e relações sociais dentro da comunidade ou público-alvo do projeto. Peso: 1

Sustentabilidade da OSC: Se a OSC apresenta quadro de recursos humanos permanentes; se tem outras fontes de recurso e/ou apoio institucional; se tem espaço físico mantido pela própria. Peso: 2.

Comprovação de Experiência nas áreas da Músicalização: demonstrar se a OSC tem experiência comprovada na execução do serviço proposto. Peso: 2

Cálculo da Pontuação:

Os de Peso = 2, será pontuação dobrada. Por ex., se no item 2, o projeto recebe pontuação de satisfatório = 2, o valor final será 4.

Os de Peso = 1, será mantido o valor da Pontuação.

O valor máximo que poderá ser alcançado pelo projeto será de 34.

9.4 Serão desclassificadas as propostas que não atingirem a pontuação mínima de 50 % (cinquenta por cento), para atender assim, o grau, mínimo de adequação das propostas.

10. DA ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO

- 10.1. Após encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas, a Comissão de Seleção procederá à verificação dos documentos que comprovem o atendimento pela OSC selecionada em primeiro lugar, com a abertura do ENVELOPE Nº 2 Documentação da OSC, para confirmação de suas condições habilitatórias.
- 102. No momento da análise, a Comissão de Seleção verificará a validade da documentação entregue;
- 103. Constatado o atendimento das exigências de habilitação fixadas neste edital, a OSC será declarada vencedora.
- 104. Na hipótese de a OSC selecionada não atender aos requisitos de habilitação, aquela imediatamente mais bem classificada poderá ser convidada a aceitar a celebração de parceria nos temos da proposta por ela apresentada, e assim sucessivamente.



R. Dom Duarte Leopoldo, n.º 83 – centro – CEP 12.955-000 CNPJ 52.359.692/0001-62 Fone: (011) 4012-1000

105. Caso a OSC convidada nos termos do item 10.4 aceite celebrar a parceria, proceder − se − à verificação dos documentos que comprovem o atendimento aos requisitos de habilitação.

11. DO RESULTADO E DO RECURSO

- 11.1 Após a análise da documentação do ENVELOPE "02" pela Comissão de Seleção, a Secretaria Municipal da Educação homologará e publicará o resultado na imprensa oficial de Bom Jesus dos Perdões, bem como no site, www.bjperdoes.sp.gov.br
- 11.2. A OSC que for declarada INABILITADA poderá interpor recurso, quanto a fase de habilitação, no prazo de 05(cinco) dias, a partir da data da decisão, que deverá ser encaminhada a Comissão de Seleção do Chamamento Público, através de protocolo, no horário das 10 horas as 16 horas, no setor de protocolo na Rua Dom Duarte Leopoldo, 83 Centro de Bom Jesus dos Perdões.
- 11.3. A homologação por meio do presente chamamento público não importará, para a Secretaria Municipal da Educação, em obrigatoriedade de assinatura de TERMO DE COLABORAÇÃO com as respectivas OSC's, haja vista que serão firmados segundo critério de conveniência e oportunidade da Administração Pública.
- 11.4. Em caso de empate, a Comissão de Seleção poderá fazer uso do Quadro de Critério de Seleção, Anexo VI, sendo que a maior pontuação no item 4. Metodologia e Estratégia de Ação.
- 11.4.1. Havendo Absoluta igualdade de condições, a Comissão de Seleção para efeito de classificação, realizará sorteio.

12 DAS PENALIDADES

Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho, das normas deste edital e da legislação pertinente, a Administração Pública poderá aplicar à OSC, garantida a defesa prévia e o contraditório, as seguintes penalidades:

I. Advertência

II. Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;



R. Dom Duarte Leopoldo, n.º 83 – centro – CEP 12.955-000 CNPJ 52.359.692/0001-62 Fone: (011) 4012-1000

III. Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a OSC ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.

13. DO TERMO DE COLABORAÇÃO

- 13.1. A celebração do TERMO DE COLABORAÇÃO, objetivando o atendimento nas atividades sócio esportivas, ficará condicionada à disponibilidade de recursos orçamentários e financeiros da Secretaria Municipal da Educação de Bom Jesus dos Perdões.
- 13.2. O TERMO DE COLABORAÇÃO será firmado conforme a meta pactuada prevista no Plano de Trabalho apresentado apela OSC, em consonância com o interesse público.
- 13.3. Fica assegurada a Secretaria da Educação de Bom Jesus dos Perdões, revisar, a qualquer tempo, as cláusulas do TERMO DE COLABORAÇÃO, considerando-se integral cumprimento da função do interesse público, bem como celebrar termos aditivos ao TERMO DE COLABORAÇÃO, sempre vedado o aditamento que importe em alteração do objeto do TERMO DE COLABORAÇÃO, sempre com divulgação às OSC's atendendo fielmente ao princípio da publicidade e moralidade administrativa.
- 13.4. A Secretaria Municipal da Educação, convocará, para firmar TERMO DE COLABORAÇÃO, a OSC que for declarada habilitada por meio do presente Edital de Chamamento Publico, nos moldes do instrumento de TERMO DE COLABORAÇÃO, de acordo com a necessidade e o interesse da Administração Pública.
- 13.5. As despesas decorrentes do repasse de recursos financeiros do **TERMO DE COLABORAÇÃO** a ser firmado, serão cobertas pela Dotação Orçamentária específica:

Órgão: 02 PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DOS PERDÕES/SP

Unidade Orçamentária: 08 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Função: 12 EDUCAÇÃO

Subfunção: 361 EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL Programa: 0011 SERVIÇOS EDUCACIONAIS

Projetos/Atividade: 2036 FORNECIMENTO DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS (ENSINO

FUNDAMENTAL)

Categoria/Elemento: 3.3.50.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS- PESSOAS JURÍDICA

(TERMO DE COLABORAÇÃO)



R. Dom Duarte Leopoldo, n.º 83 – centro – CEP 12.955-000 CNPJ 52.359.692/0001-62 Fone: (011) 4012-1000

- 13.6. AS OSC' declaradas habilitadas por meio do presente Edital de Chamamento Público deverão manter todas as condições de habilitação vigentes e atualizadas no momento em que forem convocadas para firmar TERMO DE COLABORAÇÃO, bem como durante todo o período de sua execução.
- 13.7. Para a celebração do TERMO DE COLABORAÇÃO, a OSC deverá abrir uma contacorrente numa instituição bancária pública, obrigatoriamente, para recebimento e movimentação apenas dos recursos do TERMO DE COLABORAÇÃO.
- 13.8. O instrumento do TERMO DE COLABORAÇÃO terá vigência (na data da assinatura até dezembro de 2024) ou (XX meses), conforme créditos orçamentários disponíveis em cada exercício financeiro, admitida a prorrogação nos termos da lei.

14. - DO PLANO DE TRABALHO

- O Plano de Trabalho, deverá ser apresentado, contendo no mínimo as informações que horas são solicitas nos modelos dos anexos III e IV deste Edital, o qual possibilitará observar ou analisar:
- 14.1. A realidade que será objeto das atividades da parceria, devendo ser demonstrado o nexo entre essa realidade e as atividades ou metas a serem atingidas.
- 14.2 Descrição pormenorizada dos objetivos e das metas quantitativas e mensuráveis a serem atingidos e de atividades a serem executadas, devendo estar claro, preciso e detalhado o que se pretende realizar ou obter.
- 14.3. Descrição da metodologia de trabalho para se atingir as metas e objetivos propostos, devendo estar claro e como e o que fazer.
- 14.4. Prazo para execução das atividades e para o cumprimento das metas.
- 14.5. Definição dos indicadores, qualitativos e quantitativos, a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas.
- 14.6. Plano de aplicação dos recursos a serem desembolsados pela administração pública.



R. Dom Duarte Leopoldo, n.º 83 – centro – CEP 12.955-000 CNPJ 52.359.692/0001-62 Fone: (011) 4012-1000

- 14.7. Estimativa de valores a serem recolhidos para pagamento de encargos previdenciários e trabalhistas das pessoas envolvidas diretamente na consecução do objeto, durante o período de vigência proposto.
- 14.8. Valores a serem repassados, mediante cronograma de desembolso compatível com os gastos das etapas vinculadas Às metas do cronograma físico.

15 – DAS RESPONSABILIDADES DA ENTIDADE QUANDO CELEBRADO O TERMO DE COLABORAÇÃO

- 15.1. Estar devidamente habilitada conforme Lei 13.019 de 2014 e suas alterações.
- 15.2. Atender integralmente as normas e diretrizes estabelecidas pela Secretaria Municipal da Educação.
- 15.3. Efetuar a inscrição dos alunos em cada atividade.
- 15.4. Apresentar relatório de Atividades bimestral e anual, com a lista dos alunos por projeto.
- 15.5. Apresentar a prestação de contas, que deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas.
- **15.6.** A prestação de contas será mensal, podendo ser entregue até o décimo dia útil do mês posterior à utilização, para que não ocorra a suspensão temporária da parcela subsequente. A prestação de contas final deverá ser entregue até 60 dias após o encerramento do Termo
- 15.6. A prestação de contas e todos os atos que dela decorram dar-se-ão em plataforma eletrônica, permitindo a visualização por qualquer interessado.

16 – DA REVOGAÇÃO DO EDITAL

16.1. A Secretaria Municipal da Educação poderá revogar o presente Edital de Chamamento Público, o todo ou em parte, por conveniência administrativa e interesse público, ou por fato superveniente, devidamente justificado, ou anulá-lo em caso de ilegalidade.



R. Dom Duarte Leopoldo, n.º 83 – centro – CEP 12.955-000 CNPJ 52.359.692/0001-62 Fone: (011) 4012-1000

17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 17.1. Será facultado a Comissão de Seleção promover, em qualquer tempo, diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo e a aferição dos critérios de habilitação de cada OSC, bem como solicitar aos órgãos competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar a decisão da Comissão.
- 17.2. Os interessados em participar deste Edital de Chamamento Publico ficam, desde já, cientes de que, uma vez firmados os termos de colaboração, o repasse da verba terá como prérequisito a prova dos pagamentos das despesas apresentadas no Plano de Trabalho aprovado.
- 17.3. A execução dos instrumentos jurídicos a serem firmados será avaliada pela Secretaria Municipal da Educação, mediante procedimentos de supervisão indireta, observando-se o cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas nos referidos instrumentos.
- 17.4. Qualquer alteração ou modificação que importe em diminuição da capacidade operativa da OSC poderá ensejar a revisão das condições estipuladas, a critério da Secretaria Municipal da Educação, por meio de Termo Aditivo, e, em caso de inviabilidade operacional, a rescisão do instrumento proveniente deste Edital
- 17.5. Constitui motivo para a rescisão ou denúncia do instrumento jurídico a ser firmado o não cumprimento de qualquer de suas cláusulas e condições estabelecidas neste Edital e no instrumento de TERMO DE COLABORAÇÃO.
- 17.6. O TERMO DE COLABORAÇÃO poderá ser firmado a partir da data da homologação e os repasses serão efetuados no exercício financeiro corrente ou seguinte, de acordo com o cronograma de desembolso.
- 17.7. O TERMO DE COLABORAÇÃO assinado será publicado, por extrato, no Imprensa Oficial de Bom Jesus dos Perdões.
- 17.8. A OSC que vier a firmar TERMO DE COLABORAÇÃO com a Secretaria Municipal da Educação fica obrigada a apresentar as Prestações de Contas nos termos da legislação em vigor, sujeitando-se, ainda, se constatada irregularidade ou inadimplência, a suspensão da liberação e/ou devolução de recursos.



R. Dom Duarte Leopoldo, n.º 83 – centro – CEP 12.955-000 CNPJ 52.359.692/0001-62 Fone: (011) 4012-1000

- 17.9. Caso a OSC vencedora recuse-se a assinar o TERMO DE COLABORAÇÃO ou esteja impedida por qualquer outro motivo, será considerada desistente e chamada a próxima habilitada para a assinatura do TERMO DE COLABORAÇÃO, respeitada a ordem de classificação, não ficando a Secretaria Municipal da Educação responsável por quaisquer ônus ou obrigação de restituir eventuais perdas decorrentes da desistência.
- 17.10. As OSC's que possuírem mais de uma unidade de atendimento deverão atender as exigências contidas no presente Edital de Chamamento Publico para cada uma delas, incluindo a inscrição no CNPJ.
- 17.11. No que for omisso o Edital aplicar-se-ão as disposições da lei Federal no 13.019/14 e o seu Decreto regulamentar no 8.726/16
- 17.12. Ao responder ao presente Chamamento Público, pleiteando a habilitação para a celebração do TERMO DE COLABORAÇÃO, cada OSC interessada aderira as condições estabelecidas no TERMO DE COLABORAÇÃO, demonstrando aceitá-las integralmente.
- 17.13. O presente Edital de Chamamento Publico estará disponível aos interessados no site da Prefeitura Municipal de Bom Jesus dos Perdões, www.bjperdoes.sp.gov.br, e a partir da data de sua publicação no Imprensa Oficial de Bom Jesus dos Perdões.
- 17.14. Não serão aceitos fax, e-mails ou protocolos em substituição aos documentos solicitados.
- 17.15. Fica eleito o foro de Nazaré Paulista para dirimir quaisquer questões ou controversas oriundas da execução deste Edital de Chamamento Publico, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

1705 COST JUSTIS MOST NOS 1059

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DOS PERDÕES

R. Dom Duarte Leopoldo, n.º 83 – centro – CEP 12.955-000 CNPJ 52.359.692/0001-62 Fone: (011) 4012-1000

18. CONSTITUEM ANEXOS DO PRESENTE EDITAL, DELE FAZENDO PARTE INTEGRANTE:

ANEXO I	Termo de Referência
ANEXO II	Minuta do termo de colaboração
ANEXO III	Plano de Trabalho
ANEXO IV	Orçamento detalhado
ANEXO V	Quadro Formação dos Profissionais
ANEXO VI	Critério de Avaliação
ANEXO VII	Modelos de Declaração



R. Dom Duarte Leopoldo, n.º 83 – centro – CEP 12.955-000 CNPJ 52.359.692/0001-62 Fone: (011) 4012-1000

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

- 1. IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA
- 1 a. Título: PROJETO DA EDUCAÇÃO NO PERÍODO INTEGRAL E EXTRACURRICULAR NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE BOM JESUS DOS PERDÕES/SP NA MODALIDADE DE MUSICALIZAÇÃO.
 - 1b. Objeto: ATIVIDADES EDUCACIONAIS, MUSICALIZAÇÃO
 - 1c. Secretaria: SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
 - 1d. Período de Execução:

Início: Data da assinatura. Término: dezembro 2024.

2. OBJETIVOS

Desenvolver a acuidade auditiva nas crianças e colocá-las em contato com o sistema de produção de sons;

Sensibilizar os alunos pelo gosto musical;

Criar condições para que os alunos possam refletir e entender a música como fonte de prazer e conhecimento;

Estimular a criatividade, a percepção, a coordenação, e o convívio social do aluno;

Desenvolver a discriminação auditiva.



R. Dom Duarte Leopoldo, n.º 83 – centro – CEP 12.955-000 CNPJ 52.359.692/0001-62 Fone: (011) 4012-1000

3-OBJETO

Constitui objeto deste Edital o Chamamento Público de Organizações da Sociedade Civil — OSC, sem fins lucrativos, regularmente constituídas, interessadas em firmar com a Secretaria Municipal da Educação de Bom Jesus dos Perdões/SP, TERMO DE Colaboração, que tenha interesse em prestar atividades de contra turno escolar, com turmas do período Integral e turmas extracurriculares das Escolas do Ensino Fundamental I do Município de Bom Jesus dos Perdões/SP, com finalidade de ofertar atividades de MUSICALIZAÇÃO. Serão atendidos até 450 alunos devidamente matriculados nas escolas do ensino fundamental I, no contra turno das aulas.

Horário de Atendimento:

Contra Turno, período da manhã das 07h:00 às 12h:00 e período da tarde das 13h:00 às 18h:00, de segunda a sexta-feira.

Extracurricular: Período da manhã e período da tarde das 12h:00 às 12h:55 e 18hs as 18h:55. 02 vezes na semana.

Período de funcionamento: conforme calendário escolar de 2024, definido pela Secretaria Municipal da Educação de Bom Jesus dos Perdões/SP.

Abrangência e Vagas: Para o projeto do Período Integral, contra turno, serão atendidos 3 escolas urbanas e 02 escolas rurais, sendo urbanas, EMEF Profº Sérgio Gonçalves Viana, até 32 vagas matutino e até 33 vagas vespertino, e Profº Hélio Damante, até 32 vagas matutino e até 33 vagas vespertino, EMEF Padre Arnaldo Belli, até 32 vagas matutino e até 33 vagas vespertino. Escolas rurais, EMEIEF Nossa Senhora Aparecida, até 40 vagas vespertino e EMEF Profº Maria Tereza Ramos de Azevedo, até 32 vagas matutino e até 33 vagas vespertino.

Nas atividades Extracurriculares, serão atendidos 3 escolas urbanas e 01 escola rural, EMEF Profº Sérgio Gonçalves Viana, até 60 vagas, Profº Hélio Damante, até 30 vagas, EMEF Padre Arnaldo Belli, até 30 vagas. Escolas rurais, EMEF Profº Maria Tereza Ramos de Azevedo, até 30 vagas.

4- OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Ampliar o universo de experiências artísticas, cientificas e filosóficas, ampliar a aprendizagem nas diversas áreas do conhecimento por meio de práticas desenvolvidas.

Estender o tempo de permanência do aluno no ambiente escolar com atividades.

Promover a difusão do conhecimento, viabilizando o acesso à prática pedagógica e cultural.

Oferecer práticas culturais, através de recursos humanos qualificados.

Proporcionar, com a prática de musicalização, desenvolvimento das crianças, inclusão educacional e social.

Contribuir para redução das situações de risco social e vulnerabilidade, através das práticas culturais.



R. Dom Duarte Leopoldo, n.º 83 – centro – CEP 12.955-000 CNPJ 52.359.692/0001-62 Fone: (011) 4012-1000

Valorizar os conhecimentos prévio dos alunos, capacitando-o a expressar idéias, sentimentos e opiniões.

Levar o aluno a refletir e entender a música como fonte de prazer e conhecimento.

Desenvolver a discriminação auditiva, identificar como os sons se formam.

Atender até 30 alunos nos horários das 12hs às 12h:55 e/ou das 18hs às 18h:55 para alunos que estudam no período da manhã e da tarde, conforme disponibilidade dos pais para acompanhar os alunos para o projeto.

5- METAS

O serviço ofertado para atividade de MUSICALIZAÇÃO para o contra turno escolar, com turmas do período Integral e para o projeto de aulas extracurricular, das Escolas do Ensino Fundamental I do Município de Bom Jesus dos Perdões/SP. Serão atendidos até 420 alunos devidamente matriculados nas escolas do ensino fundamental I, no contra turno de aulas. As ações prestadas atenderão o princípio de universalização de direitos, com oferta de serviços com qualidade, sem discriminação de qualquer natureza.

Atender as crianças, encaminhadas pelo Município de Bom Jesus dos Perdões, com qualidade, oferecendo-lhes recursos e estratégias que atendam às necessidades de apoios contínuos de acordo com a portaria do MEC nº 1.144/2016 que visa a melhora na aprendizagem em Língua Portuguesa e Matemática, além de desenvolver atividades nos campos da arte, cultura e lazer, objetivando a melhoria da qualidade de vida , garantia de seus direitos, priorizando alunos que tenham mais dificuldades de aprendizagem e escolas com baixos indicadores educacionais.

Considera-se essencial à qualidade do atendimento a observância das seguintes diretrizes de trabalho:

- *O contato com a música como estímulos necessários ao desenvolvimento integral da criança e sua preparação para o processo de escolarização;
- *Elaboração de relatórios, prontuários e expedientes da vida do escolar, conforme orientação da Secretaria Municipal da Educação;
- *Apreciação musical;
- *Acompanhamento de música com o próprio corpo;
- *Desenvolvimento percepção sonora e auditiva;
- *Acompanhar a música cantando e improvisando



R. Dom Duarte Leopoldo, n.º 83 – centro – CEP 12.955-000 CNPJ 52.359.692/0001-62 Fone: (011) 4012-1000

6- JUSTIFICATIVA

O presente edital de chamamento público tem como objetivo a obtenção de proposta de intenção das organizações da sociedade civil, sem fins lucrativos, para a ampliação progressiva da jornada escolar aos alunos do Ensino Fundamental I da Rede Municipal e o desenvolvimento da educação integral como currículo único na educação em Bom Jesus dos Perdões/SP, em horário de atendimento das escolas da rede própria, por meio da oferta de aulas nos diferentes macrocampos de aprendizagem. A ampliação da jornada escolar é amparada e indicada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9.394/96: "Artigo 34. A Jornada escolar no ensino fundamental incluirá pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o tempo de permanência na escola. § 1° (...) § 2º. O ensino fundamental será ministrado progressivamente em tempo integral, a critério dos sistemas de ensino." Além disso, a Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014 (Plano Nacional de Educação). Meta 6: oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos(as) alunos(as) da educação básica. (Plano Nacional de Educação - Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014). A execução do Programa Escola de Tempo Integral está atrelada ao Calendário Escolar, inclusive no período de recesso e férias escolares, e de acordo com as orientações da Secretaria Municipal da Educação de Bom Jesus dos Perdões/SP, considerando as especificidades de cada uma.

A Secretaria Municipal da Municipal de Bom Jesus dos Perdões/SP em consonância com tais leis, atenderá na rede municipal de ensino 5(cinco escolas) em período de tempo integral e do projeto extracurricular, o que corresponde a aproximadamente a 420 alunos do ensino fundamental I (do 1º aos 5º anos), sendo 3 escolas urbanas e 02 escolas rurais. O atendimento é realizado ofertando disciplinas curriculares e extracurriculares, visando à formação integral do sujeito. Considerando a importância e para dar continuidade a esse atendimento e ofertar uma educação de qualidade com profissionais qualificados e específicos da área, faz -se necessário a contratação de profissionais na área de MÚSICA, pois algumas especificidades não são atendidas pelo quadro funcional da Secretaria Municipal da Educação de Bom Jesus dos Perdões/SP.

Parar para analisar, quase todo sons que ouvimos durante o nosso dia, são como instrumentos musicais tocando alguma melodia, sendo uma bela forma de ensinar músicas para as crianças a partir de elementos e situações já vivenciadas por elas.

7- CAMPO DE ATUAÇÃO

Musicalização: Carga horária de 12hs semanais (Por escola)

• Ter concluído licenciatura na área de Música, com notório conhecimento e experiência

Fone: (011) 4012-1000



R. Dom Duarte Leopoldo, n.º 83 – centro – CEP 12.955-000

comprovada na área de atuação para desenvolvimento das orientações, apresentando Curriculum Vitae e respectivos certificados na contratação;

• Cumprimento da carga horária pelo profissional, totalizando 12 horas semanais, por escola, conforme horário e rotatividade estabelecidos na unidade escolar;

CNPJ 52.359.692/0001-62

- Ter idade igual ou superior a dezoito anos, comprovadas com cópia do documento RG;
- Respeito à hierarquia na Unidade escolar;
- Participação do Pré-Conselho e Conselho de Classe, bem como as demais reuniões pedagógicas da unidade escolar, sempre que convocado pela direção escolar;
- Participação da formação continuada organizada pela Secretaria Municipal da Educação de Bom Jesus dos Perdões/SP ou de outras entidades da Sociedade Civil Organizada;
- Atendimento individual e/ ou coletivo a todos os alunos matriculados para a aula de música;
- Cuidado e organização do espaço onde desenvolva as atividades para que resulte na conservação e preservação do patrimônio público local;
- Planejamento das aulas com antecedência conforme orientação e assessoramento da coordenação, direção escolar .
- Preencher o livro de chamada (quando couber) de acordo com as orientações do setor de documentação escolar da Secretaria Municipal da Educação de Bom Jesus dos Perdões/SP;
- Comunicar a Escola, Coordenador Pedagógico e o gestor, quando houver necessidade de ausentar-se da escola para que o mesmo consiga substituir sem alterar os cronogramas da Escola.
- Entregar relatório dos serviços realizados na escola, mensalmente, assinados pela Coordenador

 (a) pedagógico (a) Escolar e Diretor (a) da Escola para o/a Coordenador (a) pedagógico (a)
 Municipal responsável pela Educação em Tempo Integral.

GESTOR(a)/ PROFESSOR SUBSTITUTO: Carga horária de 05hs semanais. Nível de Escolaridade: Superior Completo, Licenciatura plena em Música e/ou nas áreas da Educação. Atribuições: É responsável pelo planejamento e capacitação dos profissionais para os objetivos e atividades educativas, pela condução das ações junto às crianças e pela produção de registros, quanto as aprendizagens/potencialidades/dificuldades/desafios de crianças e adolescentes. Faz parte de suas atribuições o diálogo com diretores, coordenadores pedagógicos, outros educadores e com profissionais da escola sobre o desenvolvimento das crianças. Atuação:

- Ter concluído licenciatura na área de Música e/ou licenciatura plena nas areas da Educação;
- Planejar e orientar ações (educativas, comunitárias, artísticas e culturais);
- Participar dos HTPCs (Hora de Trabalho Pedagógico Coletivo) e reunião pedagógica;
- Reunir-se periodicamente com a equipe de professores para articulação das ações;
- Cuidar da eficiência na condução do horário de almoço;
- Informar sobre ocorrências;



R. Dom Duarte Leopoldo, n.º 83 – centro – CEP 12.955-000 CNPJ 52.359.692/0001-62 Fone: (011) 4012-1000

- Comunicar a Coordenação e direção escolar, sobre qualquer ocorrência referente o decorrer das atividades ou intercorrências com alunos e comunidade;
- Registrar o desenvolvimento das aulas;
- Enviar mensalmente o registro das aulas via relatório;
- Garantir a qualidade do desenvolvimento das aulas;
- Participar de Congresso, Seminários e demais formações sempre que solicitado pela Secretaria Municipal da Educação de Bom Jesus dos Perdões/SP.
- Auxiliar na organização das informações e registro via portfolio para posterior envio a equipe da Secretaria Municipal da Educação de Bom Jesus dos Perdões/SP;
- Garantir a organização dos alunos nos eventos propostos pela Secretaria Municipal da Educação de Bom Jesus dos Perdões/SP;
- Desenvolver outras atividades correlatas ao cargo e determinadas pela Coordenação Técnica da Secretaria Municipal da Educação de Bom Jesus dos Perdões/SP.
- Promover gestão cotidiana, acompanhamento, avaliação e reordenação das atividades e oficinas quanto à adequação ao público e à proposta da ação, buscando integrar suas ações com as da escola e as da comunidade;
- Participar de todas as formações continuadas semanais cuja carga horária será definida pela Secretaria Municipal da Educação de Bom Jesus dos Perdões/SP.
- Na falta do profissional na Unidade Escolar, o gestor substituirá para que não ocorra a ausência da aula ou substituir por outro profissional.

EDUCADOR AUXILIAR:

Carga horária de 30hs semanais. Nível de Escolaridade: Estudante em licenciatura plena em Música e/ou nas áreas da Educação. Atribuições: É responsável por auxiliar as atividades ecapacitação dos profissionais para os objetivos e atividades educativas, pela condução das ações junto às crianças e pela produção de registros. Faz parte de suas atribuições o diálogo com diretores, coordenadores pedagógicos, outros educadores e com profissionais da escola. Atuação:

- criar mecanismos de participação/interação;
- planejar ações de operacionalização;
- divulgar experiências pedagógicas;
- orientar atividades interdisciplinares;
- estimular o respeito mútuo;
- equalizar informações;
- participar de fóruns: acadêmicos, políticos e culturais;
- contribuir para que as decisões expressem o coletivo;
- entrevistar;
- traçar metas educacionais;



R. Dom Duarte Leopoldo, n.º 83 – centro – CEP 12.955-000 CNPJ 52.359.692/0001-62 Fone: (011) 4012-1000

- · organizar grupos de estudos;
- criar espaços para o exercício da diversidade;
- construir instrumentos de avaliação;
- · assessorar o trabalho docente;
- estimular o senso crítico;
- demonstrar capacidade de observação;
- respeitar a alteridade;
- olhar com intencionalidade pedagógica;
- criar clima favorável de trabalho;
- fornecer subsídios teóricos;

8-VALORES PREVISTOS, DAS REFERÊNCIAS E DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

VAGAS	Até 450 (quatrocentos e cinquenta) vagas-
VALOR ESTIMADO	RS R\$ 262.725,00 (duzentos sessenta dois mil, setecentos e vinte cinco reais.)

ITEM	QUANTIDADE	MODALIDADE	HORAS SEMANAIS POR ESCOLA	VALOR DO PROFISSIONAL POR ESCOLA	TOTAL DE HORAS POR ESCOLA POR MÊS
01	Até 05	Musicalização	12 horas	R\$ 26,5 por hora	60 horas por escola/ mês



R. Dom Duarte Leopoldo, n.º 83 – centro – CEP 12.955-000 CNPJ 52.359.692/0001-62 Fone: (011) 4012-1000

02	Até 02	Gestor	25 horas por semana	R\$ 26,5 por hora	125horas por mês(para as 05 escolas.)
03	Até 05	Monitor Educacional	30 horas	R\$ 8.80 por hora	150 horas por escola/ mês

Órgão: 02 PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DOS PERDÕES/SP

Unidade Orçamentária: 08 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Função: 12 EDUCAÇÃO

Subfunção: 361 EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL Programa: 0011 SERVIÇOS EDUCACIONAIS

Projetos/Atividade: 2036 FORNECIMENTO DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS (ENSINO

FUNDAMENTAL)

Categoria/Elemento: 3.3.50.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS- PESSOAS JURÍDICA

(TERMO DE COLABORAÇÃO

- 8. 1. Custos adicionais previstos: Serviços Contábeis: R\$ 4.500,00 reais por ano
- 8. 2. Do funcionamento: Segunda a Sexta, e aos finais de semana quando necessário.

8.3. Localização e Infraestrutura Física: O serviço deverá ser executado nas: 3 escolas urbanas e 02 escolas rurais. Sendo urbanas: EMEF Padre Arnaldo Bellli, EMEF Profº Sérgio Gonçalves Viana, Profº Hélio Damante e escolas rurais: EMEIEF Nossa Senhora Aparecida, EMEF Profº Maria Tereza Ramos de Azevedo.

8.4. Vagas para período integral: até 300 (trezentas) vagas—: 3 escolas urbanas e 02 escolas rurais, sendo urbanas, EMEF Padre Arnaldo Bellli,32 vagas matutino e 33 vagas vespertino, EMEF Profº Sérgio Gonçalves Viana, 32 vagas matutino e 33 vagas no vespertino , e Profº Hélio Damante, 32 vagas matutino e 33 vagas no vespertino, escolas rurais, EMEIEF Nossa Senhora Aparecida, 40 vagas vespertino e EMEF Profº Maria Tereza Ramos de Azevedo, 32 vagas matutino e 33 vagas no vespertino.

Nas atividades Extracurriculares, serão atendidos 3 escolas urbanas e 01 escola rural, EMEF Profº Sérgio Gonçalves Viana, até 60 vagas, Profº Hélio Damante, até 30 vagas, EMEF Padre Arnaldo Belli, até 30 vagas. Escolas rurais, EMEF Profº Maria Tereza Ramos de Azevedo, até 30 vagas.

8.5. Operacionalização: Educador de Atividades Educacionais:

Carga horária de 40h/mensais; musicalização.



R. Dom Duarte Leopoldo, n.º 83 – centro – CEP 12.955-000 CNPJ 52.359.692/0001-62 Fone: (011) 4012-1000

Carga horária de 20h/mensais; Gestor
Carga horária de 30h/mensais; Monitor Educacional

9- GRADE DE HORÁRIOS ATIVIDADES MANHÃ

Horário	2ª feira	3ª feira	4ª feira	5ª feira	6ª feira
07h às 07h 55					
07hs55 às 08h50					
08h50 às 09h45					
09h45 às 10h10	intervalo	Intervalo	intervalo	intervalo	intervalo
10h10 às 11h05	musicalização			musicalização	
11h05 às 12h	musicalização			musicalização	
12h às 12h:55				extracurricular	

TARDE

Horário	2ª feiras	3ª feiras	4ª feiras	5ª feiras	6ª feiras
13h às 13h55				musicalização	
13h55 às 14h50				musicalização	



R. Dom Duarte Leopoldo, n.º 83 – centro – CEP 12.955-000 CNPJ 52.359.692/0001-62 Fone: (011) 4012-1000

14h50 às 15h:45					
15h45 às 16h10	Intervalo	Intervalo	Intervalo	Intervalo	Intervalo
16h10 às17h05			musicalização		
17h05 às 18h			musicalização		
18h às 18h:55			extracurricular		

10-PRAZO PARA A EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES E O CUMPRIMENTO DAS METAS

META	ETAPA/FASE	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE	INÍCIO	TÉRMINO
1		Criança, jovens e adolescentes de 06 a 14 anos de idade	Até 450	Dasta da assinatura	DEZ/2024

11-DEFINIÇÃO DOS INDICADORES, QUALITATIVOS E QUANTITATIVOS, A SEREM UTILIZADOS PARA A AFERIÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS:

A meta será de atender até 450 alunos de 06 a 14 anos;

A aferição será através de relatório mensal de todas as atividades, contendo apresentação das atividades e lista de chamada.

- 11.1-Garantir o preenchimento regular de 30% (trinta por cento) das vagas/inscrições estipuladas (matrículas) por turma, a partir do 2º mês de aula, conforme cronograma de funcionamento das turmas, a saber:
- 11.2 1ºmês elaboração e divulgação do projeto, capacitação para professores , divisão das turmas/salas;



R. Dom Duarte Leopoldo, n.º 83 – centro – CEP 12.955-000 CNPJ 52.359.692/0001-62 Fone: (011) 4012-1000

- 11.3 2º mês início das atividades, complementação das inscrições e preenchimento de, no mínimo, 60% (sessenta por cento) das vagas estipuladas;
- 11.4 3º mês em diante consolidação e manutenção das turmas com preenchimento de até 100% (cem por cento) das vagas estipuladas;
 - 11.5 Cabe à convenente assegurar que todo aluno pertencente ao projeto possua, Ficha de inscrição devidamente preenchida, Termo de autorização e responsabilidade assinado pelos pais ou responsáveis, no caso de menores de idade.
 - 12 ELEMENTOS QUE DEMONSTREM A COMPATIBILIDADE DOS CUSTOS PRATICADOS NO MERCADO OU COM OUTRAS PARCERIAS DA MESMA NATUREZA, DEVENDO EXISTIR ELEMENTOS INDICATIVOS DA MENSURAÇÃO DESSES CUSTOS, TAIS COMO: COTAÇÕES, TABELAS DE PREÇOS DE ASSOCIAÇÕES PROFISSIONAIS, PUBLICAÇÕES ESPECIALIZADAS OU QUAISQUER OUTRAS FONTES DE INFORMAÇÃO DISPONÍVEIS AO PÚBLICO:

Os valores constantes neste Termo de Referência foram apurados levando em consideração planilha/tabela de sindicatos. Fica a critério da entidade fornecer **NO MÍNIMO 03(TRÊS) COTAÇÕES CONTENDO NOME DA EMPRESA, CNPJ E ENDEREÇO,**

13 EQUIPE TÉCNICA ENVOLVIDA:

A Organização da Sociedade Civil poderá contar com quadro de funcionários capacitados abaixo:

ITE	QTD	PROFISSIONAL	FORMAÇÃO	HORAS/
M	E			SEMANA
	Até 05		Sendo obrigatoriamente	Mínimo 10
1		Musicalizacao	profissional de música, com licenciatura em música.	horas/semana



R. Dom Duarte Leopoldo, n.º 83 – centro – CEP 12.955-000 CNPJ 52.359.692/0001-62 Fone: (011) 4012-1000

2	Até	Gestor/ Professor	Superior	Completo,	Licenciatura	Até 30
	02	substituto	plena em	Música e/ou	nas áreas da	horas/semana
			Educação			
3	Até 05	Monitor Educacional	Cursando	licenciatura	em música	30
			e/ou aréas	da Educação		horas/semanais

13.2Caberá ao CONVENENTE:

- 13.2.1 Contratar profissionais com experiência comprovada na área de atuação para ministrarem as aulas, apresentando Curriculum Vitae, respectivos certificados na contratação, salvo exceções previstas pelo próprio Conselho.
- 13.2.2 Controlar diariamente a frequência dos alunos através de lista de presença. O modelo desse documento será fornecido pela Secretaria Municipal da Educação e Unidades Escolares e deverá estar à disposição na unidade para consulta da comissão de fiscalização e análise do Programa a qualquer tempo.
- 13.2.3 Manter no local um registro individual e atualizado dos alunos, contendo a autorização dos pais e/ou responsáveis, endereço e telefone do aluno, escola onde está matriculado, série/ano e período em que estuda.
- 13.2.4 Providenciar a imediata substituição do Profissional em caso de ausência do mesmo, para que não haja prejuízo no desenvolvimento das turmas.
- 13.2.5 Garantir o preenchimento regular de 80% (oitenta por cento) das vagas/inscrições estipuladas (matrículas), obrigatoriamente a partir do 2º mês, conforme cronograma de funcionamento das turmas:
 - 7.1.8. Encaminhar para análise e autorização prévia da COORDENAÇÃO do programa todas as alterações no Plano de Trabalho.

14 ESTRATÉGIAS DE AÇÃO (MEMORIAL DESCRITIVO)

14.2As aulas deverão ter 55 minutos de duração e frequência mínima de 2 vezes na semana;



R. Dom Duarte Leopoldo, n.º 83 – centro – CEP 12.955-000 CNPJ 52.359.692/0001-62 Fone: (011) 4012-1000

14.3 Durante o mês de Julho, as aulas seguirá o calendário municipal escolar. Caso as férias não estejam previstas no plano de trabalho, a Convenente deverá manter o calendário municipal escolar. Não obstante, as atividades serão suspensas em feriados e pontos facultativos, sem prejuízo do repasse financeiro à Convenente.

14.4 Participar nos eventos realizados pelas Unidades Escolares e nas festividades do Município, conforme calendário municipal.;

15 CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

15 a. Previsão de Início: Data da assinatura 2024

15 b. Previsão de Término: Dezembro de 2024

15 c. Parcelas:

9 c 1.Número de	9 c 2. Valor de cada parcela	9 c 3. Total Anual
Parcelas		
1 parcela	R\$	R\$ 23.884,090
11 parcelas	R\$	R\$ 262.725,00
	Total	R\$ 262.725,00

Outras Informações sobre parcelas:

O repasse das parcelas mensais estará vinculado a apresentação de lista de presença dos alunos, prestação de contas parcial (mensal), vinculado ao cronograma de desembolso estabelecido no Plano de Trabalho aprovado pela Secretaria Municipal da Educação.



R. Dom Duarte Leopoldo, n.º 83 – centro – CEP 12.955-000 CNPJ 52.359.692/0001-62 Fone: (011) 4012-1000

16 PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Natureza da Despesa		Outros/R.P	Total
Pessoal e Obrigações (folha /	R\$ 232.925,00		
encargos)			
Material de Consumo	R\$ 5.600,00		
Outros Serviços Pessoa Jurídica	R\$ 4.400,00 + R\$ 19.800,00		
Serviços contábeis e cesta básica	K\$ 19.800,00		
TOTAL GERAL	R\$ 262.725,00		R\$ 262.725,00

17 RESUMO DAS FONTES DE FINANCIAMENTO

FONTES	VALOR
Municipal	R\$ 262.725,00
Estado	
União	
Outras fontes	
TOTAL DO PROGRAMA	R\$ 262.725,00

18 VALOR PER CAPITA

O valor a ser repassado às Organizações da Sociedade Civil que vierem a firmar **TERMO DE COLABORAÇÃO** com a Administração Pública será firmado conforme tabela abaixo para atendimento em período integral de no mínimo 9 horas e 30 minutos para todas as idades, de acordo com Diretrizes da Secretaria Municipal da Educação.

12a	12b	12c	12d	12e
UNIDADE	VALOR PER OLIANTIDA D		VALOR TOTAL	VALOR TOTAL
	CAPITA	QUANTIDAD E	MENSAL	ANUAL
ALUNOS DE 06 A	R\$ 53.07	Até 450	R\$23.884,090	R\$ 262.725,00
14 ANOS				



R. Dom Duarte Leopoldo, n.º 83 – centro – CEP 12.955-000 CNPJ 52.359.692/0001-62 Fone: (011) 4012-1000

12f TOTAL GERAL	R\$ 53.07	Até 450	R\$23.884,090	R\$ 262.725,00

19 VALOR APURADO NESTE TERMO DE REFERÊNCIA

R\$ 262.750,00 (duzentos sessenta dois mil, setecentos cinquenta reais)

20 MODO E PERIODICIDADE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS, COMPATÍVEIS COM O PERÍODO DE REALIZAÇÃO DAS ETAPAS VINCULADAS ÀS METAS E COM O PERÍODO DE VIGÊNCIA DA PARCERIA, NÃO SE ADMITINDO PERIOCIDADE SUPERIOR A 1 (UM) ANO OU QUE DIFICULTE A VERIFICAÇÃO FÍSICA DO CUMPRIMENTO DO OBJETO:

Observação: A execução dos recursos financeiros deverá ser feita através de:

20.1Comprovante de pagamento de despesas com pessoal e encargos sociais, efetuados obrigatoriamente através de: demonstrativo de pagamento (hollerith), Nota Fiscal Eletrônica de compra, serviços com recolhimento de ISS (Imposto Sobre Serviços) e retenção de recolhimento de IRRF (Imposto Retido na Fonte).

20.2O pagamento deverá ser efetuado mediante transferência bancária do beneficiário (com cópia anexa do comprovante de pagamento).

20.3A prestação de contas deverá ser mensal de acordo com a Lei 13019/2014.

21 PRAZOS DE ANÁLISE DA PRESTAÇÃO DE CONTAS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL PELA PARCERIA:

O prazo para análise da prestação de contas mensal e quadrimestral será de até 10 dias úteis e, para final, de até 60 dias.

22 - CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E PONTUAÇÃO

As OSC obedecerão aos critérios de classificação, atendendo, ordenada e prioritariamente, aos itens abaixo descritos:



R. Dom Duarte Leopoldo, n.º 83 – centro – CEP 12.955-000 CNPJ 52.359.692/0001-62 Fone: (011) 4012-1000

Descrição dos Critérios:

- 22.2 Coerência da justificativa: Se o diagnóstico estiver de acordo com a realidade e o objetivo geral do plano estiver de acordo com a demanda apontada pelo diagnóstico; se houver importância do projeto dentro do contexto local.
- Viabilidade dos Objetivos e Metas: Se os objetivos específicos são viáveis e exequíveis. Se as metas estão de acordo com o solicitado pelo Chamamento.
- 22.4 Consonância com objetivos propostos pela Secretaria Municipal da Educação: Se os objetivos estão de acordo com os objetivos do serviço previsto pela legislação.
- Metodologia e Estratégia de Ação: Se o projeto demonstra clareza na forma como vai se desenvolver; deve descrever o caminho escolhido, os métodos, técnicas e estratégias pensadas para cada objetivo proposto.
- 22.6 Coerência no Plano de Aplicação de Recursos: Se há compatibilidade na aplicação dos recursos com a proposta de trabalho.

23 DOS CRITÉRIOS PARA CLASSIFICAÇÃO

- O Projeto será analisado pela Comissão de Seleção (portaria 404 de 10/06/21), que seguirá os critérios estabelecidos neste Edital.
- 23.2As OSC's serão classificadas em ordem decrescente de pontuação.
 - 23.3 As OSC's poderão interpor recurso, quanto à fase de Classificação de Projetos, no prazo de 5 (cinco) dias a partir da data da decisão, que deverá ser encaminhado à Comissão de Seleção do Chamamento Público, através de protocolo, no horário das 10h às 16 horas.



R. Dom Duarte Leopoldo, n.º 83 – centro – CEP 12.955-000 CNPJ 52.359.692/0001-62 Fone: (011) 4012-1000

24 DA ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO

- 24.2 Após encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas, a Comissão de Seleção procederá à verificação dos documentos que comprovem o atendimento pela Organização da Sociedade Civil selecionada em primeiro lugar, com a abertura do Envelope 2 Documentação da OSC, para confirmação das suas condições habilitatórias.
- 24.3 No momento da análise, a Comissão de Seleção verificará a validade da documentação entregue.
- 24.4 Constatado o atendimento das exigências de habilitação, a OSC será declarada vencedora.
- 24.5 Na hipótese de a OSC selecionada não atender aos requisitos de habilitação, aquela imediatamente mais bem classificada poderá ser convidada a aceitar a celebração de parceria nos termos da proposta por ela apresentada, e assim sucessivamente.

25 SUSTENTABILIDADE DA OSC

25.a Se a OSC apresenta quadro de recursos humanos permanentes; se tem outras fontes de recurso e/ou apoio institucional; se tem espaço físico mantido pela própria.

26 COMPROVAÇÃO DE EXPERIÊNCIA

26.a demonstrar se a OSC tem experiência comprovada na execução do serviço proposto;

- 26.b Comprovantes de experiência prévia na realização do objeto da parceria ou de objeto de natureza semelhante de no mínimo um ano de capacidade técnica e, podendo ser admitidos, sem prejuízos de outros;
- 26.c Instrumentos de parceria firmados com órgãos ou entidades da administração pública, organismos internacionais, empresas ou outras organizações da sociedade civil;
- 26.d Relatório de atividades com comprovação das ações desenvolvidas;



R. Dom Duarte Leopoldo, n.º 83 – centro – CEP 12.955-000 CNPJ 52.359.692/0001-62 Fone: (011) 4012-1000

26.e Publicações, pesquisas e outras formas de produção de conhecimento, realizadas pela organização da sociedade civil ou a respeito dela;

26.f Currículos profissionais de integrantes da organização da sociedade civil, sejam dirigentes, conselheiros, associados, cooperados ou empregados, dentre outros;

26.g Declarações de experiência prévia e de capacidade técnica no desenvolvimento de atividades ou projetos relacionados ao objeto da parceria ou de natureza semelhante, emitidas por órgãos públicos, instituições de ensino, redes, organizações da sociedade civil, movimentos sociais, empresas públicas ou privadas, conselhos, comissões ou comitês de políticas públicas;

27 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A OSC, a partir da assinatura do TERMO DE COLABORAÇÃO, deverá oferecer igualdade de condições para permanência na escola e atendimento gratuito a todos os seus alunos, vedada a exigência de qualquer tipo de taxa e custeio de material didático, exceto a contribuição espontânea dos pais.

28 AUTENTICAÇÃO

Responsável pelo Termo de Referência:	Assinatura:
Ricardo Augusto Pontes Moraes	
Responsável pela Comissão Seleção:	Assinatura:
Carlos Roberto Brigída Rogério	
Secretária Municipal da Educação	Assinatura:
Márcia Cabral Blanco	

Bom Jesus dos Perdões, 28 de Julho de 2023.

MÁRCIA CABRAL BLANCO SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

BENEDITO RODRIGUES DA SILVA FILHO PREFEITO DE BOM JESUS DOS PERDÕES



R. Dom Duarte Leopoldo, n.º 83 – centro – CEP 12.955-000 CNPJ 52.359.692/0001-62 Fone: (011) 4012-1000

ANEXO II

MINUTA DO TERMO DE COLABORAÇÃO

Gera Mun exerc Orga	ldo, 1 icipal, cício c inizaçã	75, Ce Sr. I de sua ão d	entro, Bom Je Benedito Rod s atribuições la Sociedad	sus dos Perd rigues da Si legais e regu le Civil n°, Bai	ões/SP, r lva Filho ılamentaı rro	CNPJ nº 52.359.69 leste ato devidames leste, residente e dom les, doravante deno latada pelo seu Pres	nte represe niciliado ne ominado C , situ	ntado pele esse Mun CONCEDE ada a CEP _	o Prefeito icípio, no ENTE e a Av./Rua
dom na L Adm	iciliad ei Fed inistra	o(a) na leral n ^o ação P	a Av./Rua o 13.019/2014	, nº, nesse alterada pela is normas per	e Municíp a Lei 13.2 tinentes,	nscrito(a) no CPF nio, doravante deno 204/2015, bem con celebram este Term	minada OS no nos prin	C, com fu cípios qu	ndamento e regem a
1.	DC	OBJ.	ЕТО						
1.1.		O	presente	Termo	de	Colaboração	tem	por	objeto
2.	D A	AS OB	RIGAÇÕES	DAS PART	ES			·	
2.1.	C	ompete	e ao CONCEI	DENTE:					
	I.	Dese				com o Cronograma tegrante deste Teri		aboração e	e no valor
	II.	respo	nsabilidade d	a OSC pelo p	perfeito c	laboração, o que r umprimento das ob ou por irregularida	origações e	stipuladas	
							_		

- III. Comunicar formalmente à OSC qualquer irregularidade encontrada na execução das ações, fixando-lhe, quando não pactuado nesse Termo de Colaboração, prazo para corrigi-Ia;
- IV. Receber, apurar e solucionar eventuais queixas e reclamações, cientificando a OSC para as devidas regularizações;
- V. Constatadas quaisquer irregularidades no cumprimento do objeto desta Parceria, o CONCEDENTE poderá ordenar a suspensão dos serviços, sem prejuízo das penalidades a que se sujeita a OSC, e sem que esta tenha direito a qualquer indenização no caso daquelas não serem regularizadas dentro do prazo estabelecido no termo da notificação;
- VI. Aplicar as penalidades regulamentadas neste Termo de Colaboração;
- VII. Fiscalizar periodicamente os contratos de trabalho que assegurem os direitos trabalhistas, sociais e previdenciários dos trabalhadores e prestadores de serviços da OSC;



R. Dom Duarte Leopoldo, n.º 83 – centro – CEP 12.955-000 CNPJ 52.359.692/0001-62 Fone: (011) 4012-1000

- VIII. Apreciar a prestação de contas final apresentada, no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período; e
- IX. Publicar, às suas expensas, o extrato deste Termo de Colaboração na imprensa oficial do Município.

2.2. Compete à OSC:

- Utilizar os valores recebidos de acordo com o Plano de Trabalho aprovado pelo CONCEDENTE, observadas as disposições deste Termo de Colaboração relativas à aplicação dos recursos;
- II. Responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e ao adimplemento deste Termo de Colaboração, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária do CONCEDENTE pelos respectivos pagamentos, nem qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição à sua execução;
- III. Prestar contas dos recursos recebidos nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014 alterada pela Lei 13.204/2015, nos prazos estabelecidos neste instrumento;
- IV. Indicar ao menos 01 (um) dirigente que se responsabilizará, de forma solidária, pela execução das atividades e cumprimento das metas pactuadas na parceria;
- V. Executar as ações objeto desta parceria com qualidade, atendendo o público de modo gratuito, universal e igualitário;
- VI. Manter em perfeitas condições de uso os equipamentos e os instrumentos necessários para a realização dos serviços e ações pactuadas, através da implantação de manutenção preventiva e corretiva predial e de todos os instrumentais e equipamentos;
- VII. Responder, com exclusividade, pela capacidade e orientações técnicas de toda a mão de obra necessária à fiel e perfeita execução desse Termo de Colaboração;
- VIII. Manter contrato de trabalho que assegure direitos trabalhistas, sociais e previdenciários aos seus trabalhadores e prestadores de serviços;
- IX. Responsabilizar-se, com os recursos provenientes do Termo de Colaboração, pela indenização de dano causado ao público, decorrentes de ação ou omissão voluntária, ou de negligência, imperícia ou imprudência, praticados por seus empregados;
- X. Responsabilizar-se por cobrança indevida feita ao público, por profissional empregado ou preposto, em razão da execução desse Termo de Colaboração;
- XI. Responsabilizar pelo espaço físico, equipamentos e mobiliários necessários ao desenvolvimento das ações objeto desta parceria;
- XII. Disponibilizar documentos dos profissionais que compõe a equipe técnica, tais como: diplomas dos profissionais, registro junto aos respectivos conselhos e contrato de trabalho;
- XIII. Garantir o livre acesso dos agentes públicos, em especial aos designados para a comissão de monitoramento e avaliação, ao gestor da parceria, do controle interno e do Tribunal de Contas relativamente aos processos, aos documentos e às informações referentes a este Termo de Colaboração, bem como aos locais de execução do objeto;



R. Dom Duarte Leopoldo, n.º 83 – centro – CEP 12.955-000 CNPJ 52.359.692/0001-62 Fone: (011) 4012-1000

- XIV. Aplicar os recursos recebidos e eventuais saldos financeiros, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas:
- XV. a responsabilidade exclusiva pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal.
- 2.3. Caso a OSC adquira equipamentos e materiais permanentes com recursos provenientes da celebração da parceria, estes permanecerão na sua titularidade ao término do prazo deste Termo de Colaboração, obrigando-se a OSC agravá-lo com cláusula de inalienabilidade, devendo realizar a transferência da propriedade dos mesmos ao CONCEDENTE, na hipótese de sua extinção.

3. O VALOR E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

- 3.1. O CONCEDENTE repassará a OSC o valor de R\$ _____ conforme cronograma de desembolso, constante no Plano de Trabalho anexo a este Termo de Colaboração, por intermédio de transferência em conta corrente específica, cujos dados deverão ser fornecidos pelo CONVENENTE.
- 3.2. Para o exercício financeiro de 2022 fica estimado, correndo as despesas à conta da dotação orçamentária abaixo:

Órgão: 02 PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DOS PERDÕES/SP

Unidade Orçamentária: 08 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Função: 12 EDUCAÇÃO

Subfunção: 361 EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL Programa: 0011 SERVIÇOS EDUCACIONAIS

Projetos/Atividade: 2036 FORNECIMENTO DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS

Cronograma de Desembolso

Meta	1° MÊS	2° MÊS	3° MÊS	4° MÊS	5° MÊS	6° MÊS

Meta	7° MÊS	8° MÊS	9° MÊS	10° MÊS	11° MÊS	12° MÊS

- 3.3. Em caso de celebração de aditivos, deverão ser indicados nos mesmos, os créditos e empenhos para cobertura de cada parcela da despesa a ser transferida.
- 3.4. Na ocorrência de cancelamento de Restos a Pagar, o quantitativo poderá ser reduzido até a etapa que apresente funcionalidade, mediante aprovação prévia do CONCEDENTE.



R. Dom Duarte Leopoldo, n.º 83 – centro – CEP 12.955-000 CNPJ 52.359.692/0001-62 Fone: (011) 4012-1000

4. DA CONTRAPARTIDA DAS OSCS

4.1. Não será exigida contrapartida financeira. A contrapartida poderá ser prestada em bens e serviços cuja expressão monetária será identificada no Plano de Trabalho.

5. DO PRAZO DE VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 5.1. O presente Termo de Colaboração vigorará a partir da data de sua assinatura até 15/12/2024 (conforme previsto no plano de trabalho), podendo ser prorrogado mediante solicitação da organização da sociedade civil, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada ao CONCEDENTE em, no mínimo, 30 (trinta dias)antes do termo inicialmente previsto.
- 5.2. A prorrogação de ofício da vigência deste Termo de Colaboração será feita pelo CONCEDENTE quando ela der causa a atraso na liberação de recursos financeiros, limitada ao exato período do atraso verificado.

6. DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

- 6.1. A prestação de contas deverá ser efetuada nos seguintes prazos:
 - a. Mensalmente (Prestação de contas parcial), até o dia 10 do mês subsequente aos serviços prestados;
 - b. Quadrimestral (Prestação de contas parcial), até o dia 10 de cada quadrimestre;
 - c. Anualmente (Prestação de contas final), até 60 (sessenta) dias, a contar do término do prazo do termo de colaboração.
- 6.2. A prestação de contas final dos recursos recebidos, deverá ser apresentada com os seguintes relatórios, conforme modelos disponibilizados pelo Município:
 - Relatório circunstanciado de Execução do Objeto, assinado pelo seu representante legal, contendo as atividades desenvolvidas para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados, a partir do cronograma acordado, anexandose documentos (levantamento fotográfico, entre outros) de comprovação da realização das ações;
 - Relatório de Execução Financeira, assinado pelo seu representante legal, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas, conforme modelo disponibilizado pelo Município;
 - III. Original ou copias reprográficas dos comprovantes da despesa devidamente autenticadas em cartório ou por servidor da administração, devendo ser devolvidos os originais após autenticação das cópias;
 - IV. Extrato bancário de conta específica e/ou de aplicação financeira, no qual deverá estar evidenciado o ingresso e a saída dos recursos, devidamente acompanhado da Conciliação Bancária, quando for o caso;
 - V. Demonstrativo de Execução de Receita e Despesa, devidamente acompanhado dos comprovantes das despesas realizadas e assinado pelo dirigente e responsável financeiro da OSC, conforme modelo disponibilizado pelo Município;



R. Dom Duarte Leopoldo, n.º 83 – centro – CEP 12.955-000 CNPJ 52.359.692/0001-62 Fone: (011) 4012-1000

- VI. Comprovante, quando houver, de devolução de saldo remanescente em até 5 (cinco) dias após o término da vigência deste Termo de Colaboração;
- VII. Utilizar o modelo de carimbo de pagamento, determinado no Manual de Parcerias junto ao Terceiro Setor.
- 6.3. No caso de prestação de contas parcial, os relatórios exigidos e os documentos referidos no item 6.2 deverão ser apresentados, exceto o relacionado no item VI.

7. FORMAS DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

- 7.1. O CONCEDENTE promoverá o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria, podendo valer-se do apoio técnico de terceiros, delegar competência ou firmar parcerias com órgãos ou entidades públicas.
- 7.2. O CONCEDENTE acompanhará a execução do objeto deste Termo de Colaboração através de seu gestor, que tem por obrigações:
 - I. Acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;
 - II. Informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;
 - III. Emitir parecer conclusivo de análise da prestação de contas (mensal e final), com base no relatório técnico de monitoramento e avaliação de que trata o art. 59 da Lei Federal nº 13.019/2014 alterada pela Lei 13.204/2015;
 - IV. Disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação.
- 7.3. A execução também será acompanhada por Comissão de Monitoramento e Avaliação, especialmente designada.
- 7.4. O CONCEDENTE emitirá relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria e o submeterá à Comissão de Monitoramento e Avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas pela OSC.
- 7.5. O relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria, sem prejuízo de outros elementos, conterá:
 - I. Descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;
 - II. Análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;
 - III. Valores efetivamente transferidos pelo CONCEDENTE;
 - IV. Análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela OSC na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos neste Termo de Colaboração.



R. Dom Duarte Leopoldo, n.º 83 – centro – CEP 12.955-000 CNPJ 52.359.692/0001-62 Fone: (011) 4012-1000

- V. Análise de eventuais auditorias realizadas pelo controle interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.
- 7.6. No exercício de suas atribuições o gestor e os integrantes da Comissão de Monitoramento e Avaliação poderão realizar visita in loco, da qual será emitido relatório.
- 7.7. Sem prejuízo da fiscalização pelo CONCEDENTE e pelos órgãos de controle, a execução da parceria será acompanhada e fiscalizada pelo conselho de política pública correspondente.
- 7.8. Comprovada a paralisação ou ocorrência de fato relevante, que possa colocar em risco a execução do plano de trabalho, o CONCEDENTE tem a prerrogativa de assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, de forma a evitar sua descontinuidade.

8 – OBRIGATORIEDADE DE RESTITUIÇÃO DE RECURSO

- 8.1 Restituir ao CONCEDENTE os recursos recebidos quando a prestação de contas for avaliada como irregular, depois de exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, caso em que a OSC poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito neste Termo de Colaboração e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos;
- 8.2 Fazer a restituição dos rendimentos financeiros exceto se autorizado a plicar no objeto;
- 8.3 Fazer a restituição do saldo residual dos recursos, inclusive com os rendimentos não utilizados, exceto se autorizado a reprogramar.

9 – OBRIGAÇÃO DE ABERTURA DE CONTA BANCÁRIA ESPECÍFICA

9.1 - Os recursos recebidos em decorrência da parceria serão depositados em conta corrente específica isenta de tarifa bancária na instituição financeira pública determinada pela administração pública.

10 - O LIVRE ACESSO DE AGENTES PUBLICOS

10.1 - Garantir o livre acesso dos agentes públicos, em especial aos designados para a comissão de monitoramento e avaliação, ao gestor da parceria, do controle interno e do Tribunal de Contas relativamente aos processos, aos documentos e às informações referentes a este Termo de Colaboração, bem como aos locais de execução do objeto;

11 – DA RESCISÃO

- 11.1 É facultado aos parceiros rescindir este Termo de Colaboração, devendo comunicar essa intenção no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência, sendo-lhes imputadas as responsabilidades das obrigações e creditados os benefícios no período em que este tenha vigido.
- 11.2. O CONCEDENTE poderá rescindir unilateralmente este Termo de Colaboração quando da constatação das seguintes situações:



R. Dom Duarte Leopoldo, n.º 83 – centro – CEP 12.955-000 CNPJ 52.359.692/0001-62 Fone: (011) 4012-1000

- I. Utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho aprovado;
- II. Retardamento injustificado na realização da execução do objeto deste Termo de Colaboração;
- III. Descumprimento de cláusula constante deste Termo de Colaboração.

12. DO FORO E DA SOLUÇÃO ADMINISTRATIVA DE CONFLITOS

- 12.1. O foro da Comarca de Nazaré Paulista/SP é o eleito pelos parceiros para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Termo de Colaboração.
- 12.2. Antes de promover a ação judicial competente, as partes, obrigatoriamente, farão tratativas para prévia tentativa de solução administrativa. Referidas tratativas serão realizadas em reunião, com a participação da Procuradoria do Município, da qual será lavrada ata, ou por meio de documentos expressos, sobre os quais se manifestará a Procuradoria do Município.

13 - DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

- I. O Plano de Trabalho deverá ser executado com estrita observância das cláusulas pactuadas neste Termo de Colaboração, sendo vedado:
- II. Pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria;
- III. Modificar o objeto, exceto no caso de ampliação de metas, desde que seja previamente aprovada a adequação do plano de trabalho pelo CONCEDENTE;
- IV. Utilizar, ainda que em caráter emergencial, recursos para finalidade diversa da estabelecida no plano de trabalho;
- V. Pagar despesa realizada em data anterior à vigência da parceria;
- VI. Efetuar pagamento em data posterior à vigência da parceria, salvo quando o fato gerador da despesa tiver ocorrido durante sua vigência;
- VII. Custear despesas com:
 - a. Multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou a recolhimentos fora dos prazos, salvo se decorrentes de atrasos do CONCEDENTE na liberação de recursos financeiros;
 - b. Publicidade, salvo as previstas no plano de trabalho e diretamente vinculadas ao objeto da parceria, de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal; e
 - c. Pagamento de pessoal contratado pela OSC que não atendam às exigências do art. 46 da Lei Federal nº 13.019/2014 alterada pela Lei 13.204/2015.
 - 13.2Os recursos recebidos em decorrência da parceria deverão ser depositados em conta corrente específica na instituição financeira pública determinada pelo CONCEDENTE.
 - 13.3Os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.



R. Dom Duarte Leopoldo, n.º 83 – centro – CEP 12.955-000 CNPJ 52.359.692/0001-62 Fone: (011) 4012-1000

- 13.4Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao CONCEDENTE no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do CONCEDENTE.
- 13.5 Toda a movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária.
- 13.6Os pagamentos deverão ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços, exceto se demonstrada a impossibilidade física de pagamento mediante transferência eletrônica, caso em que se admitirá a realização de pagamentos em espécie.

14 – RESPONSABILIDADE DA CONCEDENTE PELO PAGAMENTO DOS ENCARGOS

14.1 - Responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e ao adimplemento deste Termo de Colaboração, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária do CONCEDENTE pelos respectivos pagamentos, nem qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição à sua execução.

15. DAS ALTERAÇÕES

- 15.1. Este Termo de Colaboração poderá ser alterado, exceto quanto ao seu objeto, mediante a celebração de Termos Aditivos, desde que acordados entre os parceiros e firmados antes do término de sua vigência.
- 15.2. O plano de trabalho da parceria poderá ser revisto para alteração de valores ou de metas, mediante termo aditivo ao plano de trabalho original.

16. DA RESPONSABILIZAÇÃO E DAS SANÇÕES

- 16.1. O presente Termo de Colaboração deverá ser executado fielmente pelos parceiros, de acordo com as cláusulas pactuadas e a legislação pertinente, respondendo cada um pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 16.2. Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho, o CONCEDENTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à OSC as seguintes sanções:
 - I. Advertência, sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta para as quais tenha concorrido, e desde que ao caso não se apliquem as demais penalidades;
 - II. Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e OSCs da esfera de governo da Administração Pública sancionadora, por até 02 (dois) anos;
 - III. Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e OSCs de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a OSC



R. Dom Duarte Leopoldo, n.º 83 - centro - CEP 12.955-000 Fone: (011) 4012-1000 CNPJ 52.359.692/0001-62

ressarcir ao CONCEDENTE pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.

DISPOSIÇÕES GERAIS 17.

Testemunha 2: Nome/RG

13.1. Faz parte integrante e indissociável deste Termo de Colaboração o plano de trabalho anexo.

03 (três) vias de E. igı

al teor e forma, para todos os efeitos le		
Iunicípio de Bom Jesus dos Perdões, _	de	de 2023.
Benedito Roc	drigues da S	Silva Filho - Prefeito
ENTIDA		
ENTIDA		
ENTIDA		
ENTIDA Testemunha 1: Nome/RG		



R. Dom Duarte Leopoldo, n.º 83 – centro – CEP 12.955-000 CNPJ 52.359.692/0001-62 Fone: (011) 4012-1000

ANEXO III

PLANO DE TRABALHO

PLANO DE 1R	
1- IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO / PROGRAMA	
1a. Título:	
1b. Objeto:	
1c. Período de Execução:	
2. IDENTIFICAÇÃO	
2a. Entidade:	
2b. CNPJ:	
2c. Endereço:	
2d. Município:	
2e. UF	
2f. CEP:	
2g. Telefone:	
2h. Fax:	
2i. E-mail	
2j. Nº conta-corrente	
2k. Banco:	
21. Agência	
2m. Dirigente:	
2n. CPF:	
2o. RG:	
2p. Cargo:	



R. Dom Duarte Leopoldo, n.º 83 – centro – CEP 12.955-000 CNPJ 52.359.692/0001-62 Fone: (011) 4012-1000

2q. Endereço Residencial:
2r. Município:
2s.UF:
2t. CEP:
2u. Telefone:
2v. Fax:
2w. E mail:
2x. Responsável pelo Projeto:
2y. CPF
2z. RG
3. OBJETIVOS
3.1 – Geral:
3.2 – Específicos:
4. JUSTIFICATIVA:
5. PRAZO PARA A EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES E O CUMPRIMENTO DAS METAS
5.a Meta
5.b Etapa/Fase
5.c Especificação Rua
5.d Unidade de Medida
5.e Quantidade
5.f Início
5.g Término

6. DEFINIÇÃO DOS INDICADORES, QUALITATIVOS E QUANTITATIVOS, A SEREM UTILIZADOS PARA A AFERIÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS:



R. Dom Duarte Leopoldo, n.º 83 – centro – CEP 12.955-000 CNPJ 52.359.692/0001-62 Fone: (011) 4012-1000

- 7. ELEMENTOS QUE DEMONSTREM A COMPATIBILIDADE DOS CUSTOS PRATICADOS NO MERCADO OU COM OUTRAS PARCERIAS DA MESMA NATUREZA, DEVENDO EXISTIR ELEMENTOS INDICATIVOS DA MENSURAÇÃO DESSES CUSTOS, TAIS COMO: COTAÇÕES, TABELAS DE PREÇOS DE ASSOCIAÇÕES PROFISSIONAIS, PUBLICAÇÕES ESPECIALIZADAS OU QUAISQUER OUTRAS FONTES DE INFORMAÇÃO DISPONÍVEIS AO PÚBLICO:
- 8. EQUIPE TÉCNICA ENVOLVIDA:
- 9. ESTRATÉGIAS DE AÇÃO (MEMORIAL DESCRITIVO)
- 10. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO
- 10 a. Previsão de Início:
- 10 b. Previsão de Término:
- 10 c. Parcelas:
- 10 c 1. Número de Parcelas
- 10 c 2. Valor de cada parcela
- 10 c 3. Total Outras Informações sobre parcelas:
- 11. PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS:
- 12. RESUMO DAS FONTES DE FINANCIAMENTO:
- 13. VALOR PER CAPITA
- 13 a. Valor Per Capita
- 13 b. Quantidade
- 13 c. Valor Total
- 13 d. TOTAL GERAL
- 14. VALOR SOLICITADO NESTE PLANO DE TRABALHO



R. Dom Duarte Leopoldo, n.º 83 – centro – CEP 12.955-000 CNPJ 52.359.692/0001-62 Fone: (011) 4012-1000

15. MODO E PERIODICIDADE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS, COMPATÍVEIS COM O PERÍODO DE REALIZAÇÃO DAS ETAPAS VINCULADAS ÀS METAS E COM O PERÍODO DE VIGÊNCIA DA PARCERIA, NÃO SE ADMITINDO PERIOCIDADE SUPERIOR A 1 (UM) ANO OU QUE DIFICULTE A VERIFICAÇÃO FÍSICA DO CUMPRIMENTO DO OBJETO:

16. PRAZOS DE ANÁLISE DA PRESTAÇÃO DE CONTAS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL PELA PARCERIA:

17. SUSTENTABILIDADE DA OSC:

18. COMPROVANTE DE EXPERIÊNCIA:

19. AUTENTICAÇÃO:

19 a. Local/Data:

19b.Representante Legal: Presidente (NOME)

19c. Assinatura:

19d.Responsável pelo projeto:(NOME)

19 e. Assinatura:



R. Dom Duarte Leopoldo, n.º 83 – centro – CEP 12.955-000 CNPJ 52.359.692/0001-62 Fone: (011) 4012-1000

ANEXO IV

ORÇAMENTO DETALHADO

1-IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO / PROGRAMA
1a. Título:
1 b. Objeto:

- 2. IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE
- 2 a. Entidade
- 2 b. CNPJ:
- 3. ORÇAMENTO DETALHADO

Item	Descrição das Despesas	Natureza da Despesa	Unidade	Qtde	V.Unit	Total

4. RESUMO DO ORÇAMENTO DETALHADO

Natureza da Despesa:

Outros Serviços Pessoa Jurídica

Material de Consumo

Outros Serviços Pessoa Física

Total

5. AUTENTICAÇÃO



R. Dom Duarte Leopoldo, n.º 83 – centro – CEP 12.955-000 CNPJ 52.359.692/0001-62 Fone: (011) 4012-1000

Local/Data:

Responsável Legal:

Presidente (nome/ assinatura)

Responsável pelo projeto (nome/assinatura)

ANEXO V

QUADRO DE FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS

PROFISSIONAL	FORMAÇÃO					
Professores	Sendo obrigatoriamente profissional de lincenciatura em Música					
Gestor						



R. Dom Duarte Leopoldo, n.º 83 – centro – CEP 12.955-000 CNPJ 52.359.692/0001-62 Fone: (011) 4012-1000

ANEXO VI

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO

	Peso	Plenamente Satisfatório	Satisfatório	Insatisfatório	Pontuação
Pontuação		2	1	0	
Coerência da justificativa	1				
2. Viabilidade dos Objetivos	2				
e Metas					
3. Consonância com	2				
objetivos propostos pela					
Secretaria de Esportes E Lazer.					
4. Metodologia e Estratégia	2				
de Ação					
 Coerência no Plano de Aplicação de Recursos 	2				
6. Indicadores para	2				
acompanhamento e					
avaliação					
7. Viabilidade de Execução	2				
8. Relevância e Inovação do	1				
Projeto					
9. Sustentabilidade da OSC	2				

17057 60% JEJIS MOSKY MOGS 1959

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DOS PERDÕES

R. Dom Duarte Leopoldo, n.º 83 – centro – CEP 12.955-000 CNPJ 52.359.692/0001-62 Fone: (011) 4012-1000

10. Comprovação de experiência	2		
TOTAL:			



R. Dom Duarte Leopoldo, n.º 83 – centro – CEP 12.955-000 CNPJ 52.359.692/0001-62 Fone: (011) 4012-1000

ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÕES

(NOME E LOGO DA OSC)

1 - DECLARAÇÃO DE VÍNCULO

Eu	por	tador ((a) do			
RG nº, inscrito no CPF nº		, P	residente			
da Entidade,	inscrita	no	CNPJ	sob	0	
nº, declaro, par	a os devido	s fins,	que nenl	num dos		
nossos funcionários/prestadores de serviços mantém comissionado) com a Prefeitura Municipal de Bom Jesus			emprego	(concur	rsado	ou
Bom Jesus dos	s Perdões,	de.		Č	de 20_	
(Assinatura do Representant	e Legal)					



R. Dom Duarte Leopoldo, n.º 83 – centro – CEP 12.955-000 CNPJ 52.359.692/0001-62 Fone: (011) 4012-1000

(NOME E LOGO DA OSC)

2 - DECLARAÇÃO DE NÃO CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS DE PARENTES

Eu,		• • • • • • • • • • • • • • • • • • • •	, p	ortado	r do l	RG
nº, inscrito no CPF sob o nº	•••••		,	Presid	lente	da
entidade,	inscrita	no	CNPJ	sob	O	n°
parentes, inclusive por afinidade, de dirigentes vincu poder público contratante.	,		-	-		
Bom Jesus dos Per	rdões,	de			de	e 20 <u> </u> .
(Assinatura do Represent	ante Legal))				

1705 Out JESUS MOS PRIMOS 1959

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DOS PERDÕES

R. Dom Duarte Leopoldo, n.º 83 – centro – CEP 12.955-000 CNPJ 52.359.692/0001-62 Fone: (011) 4012-1000

(NOME E LOGO DA OSC)

DECLARAÇÃO DE NÃO CONTRATAÇÃO DE PARENTES <u>3-</u> Eu, ______, portador RG, inscrito no CPF sob o nº, Presidente entidade inscrita **CNPJ** sob da o n°, declaro não haver contratação de parentes, inclusive por afinidade, de dirigentes vinculados a este objeto ou de membros do poder público contratante. Bom Jesus dos Perdões, de de 20__.

(Assinatura do Representante Legal)



R. Dom Duarte Leopoldo, n.º 83 – centro – CEP 12.955-000 CNPJ 52.359.692/0001-62 Fone: (011) 4012-1000

(NOME E LOGO DA OSC)

<u>4-</u> <u>DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO E COMPROMISSO</u>

A entidade
inscrita no CNPJ sob o nº
Trabalho, referente ao Chamamento Público nº 011/2021
Bom Jesus dos Perdões, dede 20
(Assinatura do Representante Legal)



R. Dom Duarte Leopoldo, n.º 83 – centro – CEP 12.955-000 CNPJ 52.359.692/0001-62 Fone: (011) 4012-1000

(NOME E LOGO DA OSC)

5- DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO E ACEITAÇÃO DO EDITAL

A entidade
inscrita no CNPJ sob o nº, por intermédio do president que abaixo assina, declara, para os devidos fins, conhecer e aceitar todos os termos e condiçõe apostos no Edital de Chamamento Público nº/2021, que vis selecionar projeto para a efetivação das políticas públicas municipais em consonância com Secretaria da Educação, no Município de Bom Jesus dos Perdões.
Bom Jesus dos Perdões, dede 20
(Assinatura do Representante Legal)



R. Dom Duarte Leopoldo, n.º 83 – centro – CEP 12.955-000 CNPJ 52.359.692/0001-62 Fone: (011) 4012-1000

(NOME E LOGO DA OSC)

<u>6 - DECLARAÇÃO QUE NÃO POSSUI MEMBROS DO PODER PÚBLICO NO QUADRO DE DIRIGENTES</u>

Eu,
portador (a) do RG nº, inscrito no
CPF sob o n°, Presidente e em nome
da Entidade,
inscrita no CNPJ sob o nº,para
cumprimento do Artigo 174, Inciso IX da Instrução 02/2016 do TCE/SP, declaro que a
não possui em seu quadro dirigente membros do Poder Público do Município de Bom Jesus dos Perdões ou do Ministério Público, ou de dirigente de órgão ou entidade da Administração Pública celebrante, bem como seus respectivos cônjuges, ou entidade da Administração Pública celebrante, bem como seus respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau.
Bom Jesus dos Perdões, de de 20
(Assinatura do Representante Legal



R. Dom Duarte Leopoldo, n.º 83 – centro – CEP 12.955-000 CNPJ 52.359.692/0001-62 Fone: (011) 4012-1000

(NOME E LOGO DA OSC)

7 - DECLARAÇÃO DE ABERTURA DE CONTA-CORRENTE

Declaro,	para	os	devidos	fins,	que	a	entidade
							inscrita no CNPJ sob o no cocederá à abertura
parceria fir	mada com	o munic	ípio de Bom .	Jesus dos I	Perdões/S1	P, por in	assados em decorrência d atermédio da Secretaria d úblico nº011/2021.
			Bom J	lesus dos I	Perdões,	de.	de 20
			(Assinatura d	lo Represe	ntante Leg	gal)	